

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

ATA Nº 070

PRESIDENTE - DEPUTADO DR. LEONARDO

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Boa tarde a todos! Autoridades presentes, senhoras e senhores presentes, é uma satisfação imensa nos encontramos nesta segunda-feira à tarde para esta Audiência Pública com o objetivo de discutir a destinação de recursos públicos estaduais e municipais para as rádios comunitárias.

Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública requerida por mim, com o objetivo que já fora dito.

Convido para compor a mesa os Srs. Dr. William de Almeida Brito Júnior, Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso (PALMAS); Geremias dos Santos, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, Rádio Comunitária CPA FM (PALMAS); e o Sr. Ezequiel Alves, Rádio Conquista FM, representando as rádios comunitárias (PALMAS).

Eu gostaria de agradecer a presença: da Sr^a Elizeth Menegati, Superintendente de Rádio, neste ato, representando o Secretário de Comunicação do Estado de Mato Grosso Kléber Lima; do Sr. Jairo Medeiros, chefe de Gabinete do Conselheiro Substituto Ronaldo Ribeiro; dos representantes das rádios comunitárias dos Municípios de Novo Horizonte do Norte, Santa Terezinha, Reserva do Cabaçal, Nova Olímpia, Barra do Bugres, da nossa Capital Cuiabá, de Curvelândia, Sapezal, Vera, Lucas do Rio Verde, Confresa, Nova Ubiratã, Cláudia, Conquista d'Oeste, Jauru, São José dos Quatro Marcos, Tabaporã, Pontes e Lacerda, Várzea Grande, Primavera do Leste, e se ficou algum município sem ser citado, deem um sinalzinho para anotarmos e depois agradeceremos.

Quero lembrar que as rádios comunitárias estão presentes em 90 municípios do Estado de Mato Grosso, no número de 99 rádios comunitárias. Iniciou-se toda essa formação na década de 70 e 80, Geremias, com a rádio Paranoica, no Espírito Santo e a rádio Sorocaba no Estado de São Paulo, e esse importante trabalho que as rádios comunitárias vem fazendo, tidas como “não consagradas”, digamos assim, que só lembram dessas grandes mídias, que eu não preciso citar nomes aqui, que os senhores sabem, são ditas as consagradas, de TV, de rádio. Mas as rádios comunitárias fazem um papel excelente, até pelo seu nascimento, pelo motivo que ela nasce, para atender a sociedade e a comunidade.

Essas fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, levam a informação as pessoas que moram em cidades, distritos, comunidades rurais, zona urbana, democratizando o acesso à informação. Mas como nós podemos falar em democratização do acesso à informação se não há democratização dos recursos destinados para os meios de comunicação?

Não podemos dizer que a rádio comunitária é pequena. A rádio comunitária é gigante. Ela presta um papel importantíssimo. Ela leva informação, mas muitas vezes ela é olhada

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

com viés de pequena, de localizada. E nisso, gostaria de agradecer muito os palestrantes desta tarde, que aqui estão, o nosso Procurador de Contas, o Dr. Wiliam; o Presidente da ABRACO, Geremias, que vai dar um panorama bem melhor do que eu em relação as rádios comunitárias do Estado de Mato Grosso; o Secretário de Comunicação da rádio de Conquista D'Oeste, o Ezequiel, que é um parceiro que há muito tempo vem trazendo essa demanda.

Nós sabemos que precisamos democratizar os recursos também. Oitenta por cento dos recursos financeiros, investimentos em comunicação. Eu não acho que investir em comunicação é custo. É um investimento. Porque o trabalho é amplo. Fazem campanhas preventivas e educativas na área de educação, na área de saúde, na área de segurança pública, levam informações e boletins de valores comerciais do agronegócio; quanto está custando a saca de determinado produto, a arroba. Então, são serviços gigantescos.

Nesse sentido, vinha se discutindo se é lícita ou não a contratação de rádios comunitárias pela administração pública. Por muito tempo isso ficou pouco concluído, houveram várias discussões. Nesse ponto, quero agradecer o Tribunal de Contas que proferiu o seu Parecer e lá disse: “É lícito ao ente público municipal conceder apoio cultural, na forma de subvenção social, às fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, que exploram o Serviço de Radiodifusão Comunitária, desde que legalmente instituídas na forma da Lei 9.612/98”.

Uma outra... e aqui também, temos a referida Lei, que institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências no Brasil.

Então, são diversas discussões no Senado Federal. Procuramos o auxílio do Tribunal de Contas para pacificarmos, porque há um entendimento que é um ente público. Aqui traz a palavra municipal, mas abre precedente para o ente executivo estadual também para que o faça. Essa discussão, essa garantia, esse equilíbrio, essa seguridade, Geremias, é importante. E diversas discussões vem sido trazidas a esta Casa: “Vamos fazer um projeto de lei para garantirmos essa democratização dos recursos para que chegue a um percentual obrigatório às rádios comunitárias, às televisões comunitárias”. Mas projeto de lei nesse sentido é vício de iniciativa. Não pode o Legislativo impor ao Executivo, a uma Secretaria, porque existe uma Secretaria de Comunicação. Eu não posso impor a ela, por lei, uma obrigação de destinação de recurso, de fluxograma. Então, a metodologia é outra. Tem que sair desta Casa um anteprojeto ao Executivo e o Executivo pode encaminhar e deve encaminhar para esta Casa, pacificando um percentual que é uma das propostas que sempre dialogávamos, para a destinação correta, democratizando o recurso para as rádios comunitárias.

Nesse sentido é que nos reunimos hoje, para nos comprometer com as rádios comunitárias, sem politicagem, sem falsas promessas, mas com a certeza de compromisso de sentarmos, de aproveitar que o Governo do Estado está aberto para o diálogo e a Secretaria também.

Sabemos da dificuldade que a parte econômica passou e passa. Mas nós temos uma previsão otimista para o ano que vem. Sabemos que é um ano eleitoral e os senhores sabem que o orçamento para o ano que vem é a média dos 3 últimos anos.

Então temos já uma previsão para a LOA de 2018, para publicidade institucional, de 31 milhões, 893 mil, 219 reais e 95 centavos. Eu trouxe para os senhores o valor. É a média! Por ser um ano eleitoral não pode gastar mais do que a média dos últimos três anos. A média é essa! Essa é a previsão às publicações institucionais prevista na LOA/2018.

Nós nos comprometemos a fazer uma articulação na Secretaria de Comunicação, na Casa Civil, com o Secretário Kléber Lima, para que possamos, sim, fazer essa democratização e retornar à sociedade esse investimento em comunicação devolvendo as rádios comunitárias, porque

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

não é justo 80% de todo investimento ficarem aqui, na Capital, para as grandes, para as consagradas ou qualquer outro adjetivo que exclui a grandeza do trabalho que as senhoras e senhores fazem nos municípios. Isso nós temos que fazer cair por terra. Temos que derrubar esse pensamento, esse conceito em relação às rádios comunitárias.

É para isso que estamos reunidos, hoje, aqui, para formarmos esse Grupo de Trabalho para irmos, depois, em um grupo um pouco menor, com a carta e um protocolo de intenções à Casa Civil, à Secretaria de Comunicação, ao Governador para dizer o que queremos, o que as rádios comunitárias precisam para continuarem vivendo, para continuarem prestando o excelente trabalho que prestam à comunidade, levando informação verdadeira, sem maquiagem, direta, que chega lá na casa do Sr. José e da Dona Maria que estão lá no fundão, nas grotas, trabalhando dia a dia, mas querem saber o que está acontecendo no seu Estado. E a rádio comunitária dele faz! E o pertencimento que é!

Às vezes, há um grande equívoco, existe um meio de comunicação - e que bom que há - que abrange através da sua potência, seus quilowatts que são jogados e há as nossas rádios comunitárias. Às vezes, falam: "Vou investir nesta grande aqui, porque todo mundo ouve!". Não! A rádio comunitária é uma questão de pertencimento. Quem é do município fala: vou ouvir a minha rádio, da minha cidade, do meu local. É justamente por isso que ela é comunitária, porque ela é da comunidade. A sensação de pertencimento é muito grande, e, às vezes, comentem esses equívocos achando que vai investir em uma rádio "x" ou em uma tevê "x", que ela vai abranger uma região inteira, mas não sabe que as rádios comunitárias batem, às vezes, naquele horário, naquele momento, a audiência, essa grande, que é considerada mídia consagrada.

Neste sentido, começamos esta Audiência Pública. Essa nova Resolução do Tribunal de Contas trouxe justiça ao segmento.

Parabéns e um abraço a todos os conselheiros!

Digam ao Presidente que foi feita justiça no Estado de Mato Grosso. Apesar da limitação financeira que sabemos que existe, agora, o reconhecimento veio, a pacificação. Não tem mais aquele discurso que não é lícito, que não pode. Está pacificado e o interesse público deve prevalecer desenvolvendo essa parceria, esse investimento com as rádios... Com a comunidade, na realidade! Não é nem com as rádios! É com a comunidade, porque se eu disse que o pertencimento... Ela deixa de ser só um ente, uma estrutura física entre uma antena de um microfone, de uma filmadora. Ela passa a ser um comprometimento do Poder Público, do ente público, com a sua comunidade, com a sociedade que lá vive.

Hoje, estamos aqui para prestar os esclarecimentos exigidos para o procedimento legal e tiramos aqui cartas de intenções, um trabalho justo, coerente. Vamos atingir o nosso objetivo que é levar ao Governo do Estado essa proposta que, com certeza, seremos atendidos.

Lembro que caso haja interesse de alguém da plateia em fazer questionamento faremos inscrições para o uso da fala, para fazerem questionamentos. O pessoal do Cerimonial está por aí e só chamar que vai atendê-los.

Eu convido, no primeiro momento, para fazer uso da palavra, o Sr. William de Almeida Brito Júnior, que é Procurador de Contas do Estado de Mato Grosso.

O SR. WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR - Boa tarde a todos e a todas!

Eu agradeço a Assembleia Legislativa, em nome do Deputado Dr. Leonardo, pelo convite e pela realização desta Audiência Pública importantíssima à sociedade mato-grossense para tratar do financiamento público dessas rádios comunitárias. Em nome do Deputado, eu cumprimento os demais membros desta mesa e vamos, agora, ao que interessa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

Como o Deputado Dr. Leonardo já deixou claro o Tribunal de Contas buscou fazer justiça ao fazer um reexame da tese que foi decidida na Resolução de Consulta, em 2009, a Resolução de Consulta nº 36. Então, para os que não sabem, o Tribunal de Contas do Estado e, também, o TCU, todos os Tribunais de Contas, têm aquela missão constitucional de julgar as contas públicas, de julgar os ordenadores de despesa, mas, também, têm uma grande função que, às vezes, não é tão destacada, mas é bom que se faça este destaque, que é de responder as consultas, de orientar os gestores públicos sobre a correta destinação do dinheiro público, sobre o jeito correto de fazer as coisas e, também, capacitar o cidadão, capacitar o gestor público, no que se refere à fiscalização e à boa aplicação dos recursos públicos. O Tribunal de Contas nada mais é do que um parceiro do Poder Legislativo seja a Assembleia Legislativa, em âmbito estadual, ou as Câmaras Municipais, em âmbito municipal, pois, compete ao Poder Legislativo... Ele é o titular do controle externo da Administração Pública. Ou seja, quem fiscaliza a Administração Pública, em primeiro lugar, é o povo, representado pelo Parlamento, ou seja, Assembleia e Câmara, com apoio técnico dos Tribunais de Contas. Então, o titular do controle é o Poder Legislativo. O Tribunal de Contas é um órgão técnico, importante, mas ele está prestando este apoio técnico ao Parlamento.

Então, o que o Tribunal fez foi responder uma dúvida, uma consulta, feito por um gestor que nesse caso foi a Prefeitura Municipal de Juína. Qualquer Prefeitura, qualquer gestor público, pode fazer uma consulta, seja municipal ou estadual. Como tinha uma decisão, em 2009, e, depois, tentou-se, realmente, entender ou não reverter o entendimento... Porque o lema de 2009 eu entendo que, na verdade, não está confrontando com o de 2017. Elas estão, apenas, se complementando. E a decisão de 2017 ficou mais completa no sentido de falar: não, não pode dar dinheiro! Não é que não pode! Você pode, mas há todos os requisitos legais, todo um traçado, um caminho, uma burocracia mínima necessária para que o dinheiro seja bem aplicado.

Eu não vou me alongar, mas em poucas palavras só quero explicar a diferença entre as duas.

A Resolução nº 36/2009 foi bem sucinta e dispôs: “Não é legal”, ou seja, não é lícita a participação de uma emissora comunitária de radiodifusão...”... Quer dizer, emissora de rádio difusão é essa empresa de radiodifusão comunitária, o serviço da rádio comunitária. ... “...participar em licitação pública, bem como recebimento pela mesma de contraprestação pecuniária, ou seja, dinheiro público por transmissão de comunicação institucional da Câmara Municipal.”.

Então, a pergunta foi: ela pode receber recurso financeiro para fazer publicidade institucional da Câmara Municipal? Na época, eu, ainda: não, não pode! E, agora, em 2017, ela apenas esclareceu o que pode, porque o foco, na verdade, dessa rádio comunitária não é para servir apenas como um meio de publicidade institucional do Poder Público, ela tem um leque bem maior como o Deputado Dr. Leonardo já expôs, uma questão econômica, vamos colocar o preço da arroba do boi, o preço da saca de soja da região, o valor do frete, defesa civil: “oh, está tendo chuva, vai ter alagamento, quebrou uma ponte”, é bom que a população fique atenta, que ela saia de uma região para evitar uma catástrofe; uma campanha de vacinação. Então, tudo que tiver interesse público a rádio comunitária tem esse papel.

Quem quiser entender um pouquinho mais, o art. 3º da Lei nº 9.612, de 1998, que trata sobre os serviços de rádio difusão comunitária, deixa bem clara que tem como objetivo: difusão de ideias, cultura, tradição, hábitos sociais, integrar comunidade, estimulando lazer, cultura, convívio social, prestar serviço de utilidade pública. Essa palavra já diz tudo: serviço de utilidade pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

Agora já indo para essa Resolução de 23/2017, que foi publicada no Tribunal de Contas, decidiu agora, em 29 de agosto de 2017, e até de forma rápida o Deputado já está fazendo uma Audiência Pública, ou seja, para que tenha uma maior eficácia, o mais rápido possível e possa utilizar dos recursos que estão disponíveis. Senão, o recurso fica lá disponível e se ninguém usa ele fica parado, sem ter uma destinação.

A Resolução diz: “1º - é lícito, ou seja, é permitido ao ente público municipal”, aqui até já faço, apesar de não ter sido o Procurador que manifestou nesses autos, salvo engano foi até o Procurador Getúlio Velasco, nosso Procurador-Geral, e o Tribunal, seus Conselheiros que decidiram... Em minha opinião já tinha que deixar claro: Estadual também está incluída ou não está? Porque se você pega uma consulta para reexaminar, eu acho que tem que tirar todas as dúvidas. E aqui, pelo menos, a pergunta foi ao município e a resposta foi ao município. Mas, em minha opinião, o Tribunal deveria ter avançado mais e deixar bem claro: ente público municipal, estadual pode ou não pode? O Tribunal de Contas fiscaliza recurso estadual e municipal.

Eu não sei por qual motivo não se falou, mas já deixo até as portas abertas ao Deputado, porque consulta, infelizmente, o cidadão não faz. O cidadão pode fazer denúncias à Ouvidoria, a consulta é o Gestor Público.

Então, o ideal é que um gestor, Deputado ou qualquer Prefeito, Presidente de Câmara, Secretário Municipal, possa fazer uma complementação na consulta, para finalizar a consulta, e perguntar: e o recurso estadual?

Sr. Deputado, já caminhando para o final. Então, pode? Pode conceder o apoio cultural na forma de subvenção social às fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos que explorem o serviço de radiodifusão comunitária desde que legalmente instituída.

Mas quais são os requisitos? Tem que ter uma previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, porque é recurso público; tem que haver a formatação por escrito de um convênio, um acordo, um ajuste por escrito. O Poder Público não pode direcionar para uma ou outra rádio, tem que abrir para todas. Ou seja, o ideal que se faça um credenciamento. Todos que cumprem os requisitos legais podem ser destinatárias. Tem “x” de recurso? Divide proporcionalmente para cada rádio que tem plano de trabalho mínimo e que também haja a prestação de contas. Se você recebe o recurso, você tem que prestar contas para que a sociedade, os vereadores possam analisar essas contas, o cidadão e o Tribunal de Contas.

Por fim, a rádio comunitária não pode ser considerada como órgão de imprensa oficial do Poder Público como imprensa. Por quê? Porque o alcance da rádio comunitária é para atingir a comunidade ali. Então, ele não tem um grande alcance. E os atos do Poder Público como imprensa oficial tem que ter um alcance grande. Para isso, não pode servir de imprensa oficial, mas de uma entidade para dar esta informação de utilidade pública.

Então, são estas as nossas palavras, Deputado. Estamos à disposição.

Quero apenas deixar claro aos dirigentes das rádios para que sigam esse protocolo do Tribunal e façam um bom plano de trabalho, porque muito dinheiro que está disponível até para as prefeituras para receber do Estado mediante convênio, para o Estado receber da União mediante convênio, muitas vezes, não chega porque os projetos são mal feitos, o Deputado sabe muito bem disso. Para você pegar um recurso para o VLT, para uma obra de mobilidade urbana, às vezes, tem recursos até sobrando no Ministério das Cidades, na Secretaria das Cidades, mas o problema é que muitas vezes os projetos não são aprovados, são mal feitos.

Então, faça um projeto bem feito que o recurso chega; preste contas que você vai sempre continuar recebendo esse recurso regularmente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Convido para fazer uso da palavra o Sr. Ezequiel Alves, Secretário da Prefeitura de Conquista d’Oeste, da Rádio Comunitária.

O SR. EZEQUIEL ALVES – Boa tarde a todos os nossos companheiros aqui presente, faltam muitos, mas consegui estender o convite ao máximo que pude.

Das 99 emissoras que temos instalada hoje, consegui falar com cinquenta e poucos companheiros que ficaram sabendo desta Audiência Pública, apoiam e necessitam também, porque a nossa briga aqui é o recurso do Executivo Estadual e também do Legislativo para as nossas rádios comunitárias no Estado de Mato Grosso. O nosso principal debate é esse.

Desse entendimento que o Tribunal de Contas do Estado obteve, para nós foi muito bom. Nós temos alguns companheiros que já fizeram convênio dentro das normas com alguns municípios, algumas prefeituras. Isso é muito importante, vem fortalecer a rádio comunitária. Quem está na briga já tem dezessete anos nesse meio comunitário, quietinho no interior. Muitos companheiros entraram há pouco tempo, uns estão lutando ainda e sabem das dificuldades das rádios comunitárias no Estado de Mato Grosso.

Muitos companheiros não estão aqui, hoje, porque não tiveram condições financeiras de vir. Você entendeu? Não tiveram condições de vir para cá hoje. Nós entendemos isso, mas sabemos que o pouco que está aqui do nosso pessoal estarão brigando pelo mesmo objetivo: o fortalecimento das nossas rádios comunitárias e também participar dessa mídia do governo.

Eu fiz um apanhado aqui, o ano passado, aliás, em 2015, o Governo do Estado gastou 37 milhões, vou arredondar aqui, 600 mil com mídia no Estado; em 2016, 34 milhões e pouquinho; em 2017, nesta semana, sexta-feira, que eu peguei o último relatório, ele já gastou 58 milhões. Entendeu? Eu tinha liquidado 67 e pago para as agências 58 milhões, um pouco mais que 58 milhões. Só que não nos chega esse recurso.

Alguns companheiros têm algumas campanhas aí que participa, mas é mínimo. É como eu digo: 80% dessa mídia ficam dentro de Cuiabá com os grandes grupos de comunicação.

Então, nós que estamos no meio comunitário sabemos das dificuldades e se não brigarmos, não correremos atrás e não começarmos não vamos conseguir participar disso.

Tem que acabar com esse grupinho que todo recurso do Governo é para ele, mas quem está lá na ponta, lá no interior, todo dia ali, somos nós das rádios comunitárias que falam com o cidadão.

Como o Deputado falou, tem uma grande emissora? Tem. “Eu vou investir nela”. Só que o nosso ouvinte é bairrista, ele quer ouvir a sua rádio, a rádio da sua cidade. Ele quer ouvir as fofocas, ele gosta da fofoca também, quer ouvir tudo ali. Ele quer ouvir a sua rádio comunitária. Esse é o diferencial.

Para vocês terem uma ideia, nós estamos em praticamente 90 municípios no Estado.

No próximo ano têm algumas rádios para outorgar e acredito que vá chegar a 117, até junho deverá chegar a 117 rádios comunitários.

Estamos em praticamente todos os municípios do Estado.

As rádios comerciais não chegam lá, mas estamos lá. Somos nós quem fazemos a campanha da área da educação, da saúde, que falamos com a comunidade.

Tenho certeza que muitos companheiros aqui podem ter sido esse ouvinte, que tira leite de manhã e está com o radinho lá no curral, tira o leite e está ouvindo o nosso radinho lá, porque ele quer ouvir a nossa rádio, ele quer ouvir a primeira informação, porque temos um jornal,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

tem um pessoal que transmite o jornal Nosso Mato Grosso no Ar, do nosso companheiro Vanderlei, tem um pessoal que transmite e todos gostam e ouvem o que está acontecendo no Estado.

Não podemos deixar isso, companheirada, ficar do jeito que está.

A nossa briga, Deputado...

Ah, tem um detalhe também de uns dados interessantes que peguei: nós irradiamos, vamos pegar a população de Mato Grosso, fiz um levantamento aqui, de pouco mais de três milhões, se não me engano, não pequei o número exato, mas marquei o nosso aqui, nós irradiamos pela rádio comunitária para mais de 2 milhões e 800 mil pessoa. Se tirarmos Cuiabá e Várzea Grande, pelo grande número de emissoras, ainda irradiamos para mais ou menos 2 milhões e 200 mil pessoas, das rádios que estão na ativa e vamos chegar a um patamar maior do que isso.

Vocês sabem o que é isso, gente? Sabem a população que dá isso? Estamos em 90 municípios e rádios comerciais não estão nos 90 municípios, mas o Governo investe mais nessas rádios comerciais, que não fazem o trabalho que nós fazemos lá no interior.

Então, paga-se caro em uma campanha para essas grandes emissoras e para nós manda uma merrequinha. Quando manda, manda 400, 500, 600 reais em uma campanha pequena e essa mesma campanha é paga em milhões para essas grandes emissoras.

Então, essa é a nossa defesa, como integrante de rádios comunitárias que trabalham.

Sei das dificuldades dos nossos companheiros e têm muitos companheiros aqui, vieram da minha região, de Pontes e Lacerda, de Jauru, de Curvelândia, de Reserva do Cabaçal, que deve funcionar a emissora já no ano que vem, de Reserva do Cabaçal, de Vila Bela da Santíssima Trindade para o ano que vem, de Porto Esperidião e daquela região.

Então, é importante que neste momento mantermos a união, companheiro Geremias, que é o Grupo ABRAÇO, que vem brigando por isso, sempre discutimos no grupo, mas o nosso objetivo principal é fortalecer a nossa rádio comunitária.

Como vamos fortalecê-la? De que jeito? Também precisamos de apoio.

Nós que estamos no interior, quando cai um raio na nossa torre – com alguém que já aconteceu de cair raio sabe - perde o equipamento, é caro, e o que você tem de apoio cultural você não consegue manter.

Muitas vezes você coloca do bolso para funcionar a rádio para chegar a informação para a comunidade, e são muitos que fazem isso – coloca do bolso. Tenho certeza disso.

Então, quando você perde um equipamento, eu já perdi várias vezes, é doído. Você tem que pegar um pouquinho de um e de outro emprestado e colocar sua radinha no ar.

As grandes emissoras não têm esse grande problema porque recebem muito do governo e elas nunca vão ter esse problema e não sabem a dificuldade que passamos.

Para a classe política, deixem-me aproveitar este momento para falar aqui aos Deputados que têm suas bases no interior, muitos Deputados têm sua base no interior e sabem o trabalho das rádios comunitárias quando manda divulgar algo, que a comunidade escuta.

Então, Deputado, tem que entender, quando à rádio comunitária, que é lá na base que a população conhece o trabalho de cada Deputado que mandou recurso ao seu município, que ajudou.

É você que divulga! Aqui não vai chegar lá!

Então, não adianta investir milhões, como o Governo, nessas grandes emissoras de tevê, principalmente aqui em alguns grupos de rádio grandes, porque não chega a informação lá no

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

interior para nós. A informação que chega para a comunidade é a que nós fazemos dentro da rádio comunitária.

Não queremos muito não, Deputado. Queremos mais ou menos 20% da mídia do Governo, que está de bom tamanho para a rádio comunitária. Vinte por cento eu acho um número razoável para atender. Oitenta por cento pode ficar com as grandes emissoras.

Vinte por cento já nos ajudariam. Não precisava mais do que isso. Vinte por cento está de bom tamanho para ajudar as rádios comunitárias a cada vez mais se fortalecer e nos fortalecendo participaremos cada vez mais juntos com a comunidade fazendo isso.

Alguns companheiros que estão aqui, se quiserem falar também, que têm ideias, o companheiro Geremias vai falar também aqui, mas quem quiser falar podem falar depois para participar.

O SR. INTERCIDES – Uma pergunta, Ezequiel, porque você que está comandando a palavra: quantas rádios grandes têm em Mato Grosso?

O SR. EZEQUIEL ALVES – Eu não tenho precisamente. Peguei alguns dados de rádios comerciais FM, porque as nossas rádios comunitárias são FM. Hoje em FM há em 39 municípios no Estado de Mato Grosso, em FM, em 39 municípios no Estado.

O SR. INTERCIDES – Sabe por que eu fiz a pergunta? Porque 20% talvez não seja o correto. O correto seria verificar quantos por centos nós merecemos.

O SR. EZEQUIEL ALVES – É mais um pouquinho?

O SR. INTERCIDES – É.

O SR. EZEQUIEL ALVES – Pedimos pouquinho, pedimos 20%, mas pode chegar a mais. Se o Governo for bonzinho conosco, pode chegar mais.

O SR. INTERCIDES – Outra pergunta que eu gostaria de saber.

Estamos recebendo cobrança de direitos autorais.

O SR. EZEQUIEL ALVES – Quanto a isso o Geremias vai falar.

O SR. INTERCIDES – Devemos pagar ou não?

O SR. EZEQUIEL ALVES – Disso o Geremias vai falar, na sequência, na palavra dele e vai deixar a companheirada bem informada também.

O SR. INTERCIDES – Obrigado pela informação! Uma boa tarde!

O SR. EZEQUIEL ALVES – Esse é o companheiro Intercides, de Pontes e Lacerda.

Só para finalizar, essas informações que eu peguei, Deputado, de rádios comerciais FM só em 39 municípios do Estado. Temos 141 municípios. FM em funcionamento hoje no Estado apenas em 39, do número que eu consegui. Têm as AMs também, mas que chegam hoje são 39, enquanto nós estamos em 90 municípios no Estado.

Então, peço que nos olhem com mais carinho, Deputado, junto ao Governo do Estado, para que já no próximo ano nos ajude com essa parcela para as rádios comunitárias no Estado de Mato Grosso.

Boa tarde! Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Obrigado, companheiro Ezequiel.

Com a palavra o Geremias dos Santos, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), Rádio Comunitária CPA, FM.

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Boa tarde, Deputado Dr. Leonardo.

Boa tarde, companheiros e companheiras, que estão presentes, representando as diversas regiões de Mato Grosso!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

Boa tarde, telespectadores e ouvintes das rádios comunitárias, que neste momento nos acompanha pela *TV Assembleia*.

Eu quero fazer um rápido panorama nacional, porque a realidade de uma rádio comunitária lá no Amazonas é a mesma realidade de Curvelândia, é a mesma realidade de Chuí, é a mesma realidade do Nordeste, ou seja, funciona de forma precária. Principalmente porque quando criaram a Lei nº 9.612, no dia 19 de fevereiro de 1998, criaram o serviço da rádio difusão comunitária, não porque os parlamentares e o governo naquela época eram bonzinhos, mas, porque havia muita pressão do povo brasileiro. Naquela época, segundo os estudiosos, tínhamos mais de vinte mil rádios comunitárias quando a ABERT, por meio da *Rede Globo*, nos chamava de Rádio Pirata, nós éramos rádios livres. A rádio comunitária vem com o advento dessa Lei e foi criada uma verdadeira sacanagem dos congressistas, porque não colocaram na Lei a questão da sustentabilidade da rádio comunitária.

Então você chega, faz o discurso, reconhece da importância, mas fala: “Não, como é comunitária, não precisa de dinheiro.”, como se nós vivêssemos em um sistema que não fosse capitalista, como se nós pagássemos as nossas despesas do dia a dia por meio de brisas, não é? E não é verdade, o nosso sistema é capitalista, o nosso sistema é cruel. Então, o que está acontecendo hoje? Hoje nós temos quatro mil, oitocentos e duas rádios comunitárias outorgadas no Brasil e ainda faltam pouco mais de mil e quatrocentas rádios para integrar para que todos os cinco mil, quinhentos e setenta municípios brasileiros tenham uma rádio comunitária. O plano nacional de outorga que o Governo passado, o Governo de Dilma Rousseff deixou pronto, colocava que, em 2019, chegaríamos com seis mil e quarenta rádios outorgadas, contemplando os cinco mil, quinhentos e setenta municípios. O Governo assume e a primeira coisa que faz: tira quinhentos processos que estavam em avaliação no Congresso Nacional começando pela Câmara, chama de volta para o Ministério, aqui em Mato Grosso parece-me que tem oito ou dez rádios esperando essa outorga e pior: o Governo não cumpre esse PNO - Plano Nacional de Outorga de Rádio Comunitária, que estava contemplado. Na última reunião que tivemos, no mês passado, com a coordenadora de Rádio Difusão Comunitário do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação virou um super ministério.

Falam em publicar o novo edital de PNO, que nós cobramos, porque nós queremos um PNO – só Plano Nacional de Outorga para os poucos mais de mil e novecentos municípios brasileiros. Eles não querem fazer isso, querem publicar apenas um pouco mais de cento e cinquenta municípios e o restante vai publicar edital para onde já tem rádio comunitária. Então, Cuiabá, por exemplo, que já tem quatro rádios comunitárias; Primavera do Leste, que já tem três; Várzea Grande, tem quatro; correm o risco de ter mais rádios comunitárias. Em Mato Grosso, por exemplo, temos ainda cerca de quarenta e um municípios que não têm uma rádio comunitária.

Portanto, vão à contramão da proposta do movimento de rádio comunitária, acho que cabe aos Parlamentares fazer uma reivindicação que é mais justa de que o Governo não publique qualquer edital para rádio comunitária, enquanto todos os cinco mil, quinhentos e setenta municípios não tenham uma rádio comunitária, até porque agora em fevereiro completará vinte anos.

O que adianta a Lei ter vinte anos, sendo que temos mil e quatrocentos municípios que ainda não podem usufruir desse direito de ter uma rádio comunitária em seu município? Essa contradição, achávamos que o Governo faria diferente, congelou o PNO, mas publicaria outro, mas agora vem com outra história...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

Outra questão é sobre o ECAD, Direitos Autorais. Hoje a grande perseguidora das rádios comunitárias não é mais a Anatel, por incrível que pareça, hoje é o ECAD que fez parceria em todo Brasil com escritórios de advogados que intimam as rádios e entram com ação na justiça.

Existem companheiros do Rio Grande do Sul que devem noventa e três mil reais ao ECAD; em Minas Gerais, vinte e três mil, trinta e poucos mil, ou seja, no Brasil todo agora pipocam ações do ECAD contra rádio comunitária, como se tivesse nadando em dinheiro.

E o pior: os companheiros da rádio comunitária não sabem se defender porque a matéria do ECAD de Direitos Autorais é federal, é lei federal. Portanto, tem que ser na jurisdição federal.

O ECAD ganha ações na justiça comum estadual, ou seja, o pessoal precisa também se defender para dizer ao juiz do Estado, no caso, ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso: “Olha, aqui não é o local competente para discutir essa questão de direitos autorais, a situação é a seguinte, não somos contra direitos autorais, o problema é que não temos acesso à verba pública de mídia”. Também somos uma entidade, Deputado, sem fins lucrativos. Então acho que esses dois argumentos são suficientes para chegarmos à seguinte situação: dia 28 de setembro tivemos uma Audiência Pública no Senado Federal, convocada pelo Senador Hélio José, do PROS. Pedimos ao Senador que apresentasse um projeto isentando as rádios comunitárias do ECAD. Para esse projeto, talvez amanhã, se a Senadora Lúcia Vânia, que é Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, cumprir com a palavra, seja indicado o relator ou a relatora.

É uma Comissão formada por vinte e seis Senadores, já temos compromisso de quatorze Senadores dizendo que votarão a favor da isenção do pagamento da ECAD pelas rádios comunitárias.

Informamos o seguinte: nós não somos contra o pagamento de direitos autorais para aquele cidadão que Deus deu um dom, não somos contra! O problema é que não temos acesso à verba pública de mídia, na hora em que mudarmos a Lei de Radiodifusão Comunitária, a Lei nº 9.612, na hora em que tivermos acesso à verba pública, verba federal, verba estadual e verba municipal, para divulgação das atividades dos Governos, nós queremos pagar o ECAD.

Nós achamos que o compositor, o autor, tem direito, não vamos nem entrar na discussão do que significa o ECAD, essa caixa preta. Em 2012, teve uma CPI no Senado Federal, os Senadores não tiveram a coragem de colocar a decisão que teve a CPI no Senado Federal em prática, porque senão poderia ter aberto essa caixa-preta do ECAD.

Não sei se os senhores sabem, é formada por sete associações de compositores, você pergunta para os compositores, todos eles, unanimemente, reclamam que quase não recebem e quando recebem, recebem uma mixaria do ECAD.

Para se ter uma ideia, aquela compositora e cantora Sula Miranda, que é a rainha dos caminhoneiros, recebeu, parece-me, no mês de julho, ou agosto, cerca de trinta e poucos reais de ECAD. Eu não sabia, só conheço a Sula como cantora, daí fui pesquisar sobre a Sula, a mulher tem mais de 100, 200, composições, é uma compositora famosa e eu achava que era só cantora. Então, se ela está recebendo essa ninharia, imaginem os demais?!

Será que aqui em Cuiabá os nossos compositores de rasqueado, de lambadão, estão recebendo o ECAD? Será que os nossos autores, os nossos compositores das cidades pequenas de Mato Grosso... Porque a tarefa fundamental de uma rádio comunitária é dar valor à produção local. A grande resistência que se contrapõe à grande mídia, notadamente liderada pela *Rede Globo*, na questão cultural, em que querem padronizar a cultura no Brasil, de preferência, a cultura paulista ou carioca, são as rádios comunitárias, que ainda fazem os seus espaços com a cultura local.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

Então, essa é a grande resistência. Podemos dizer que quase boa parte das quatro mil, oitocentas e duas rádios comunitárias ainda privilegiam a cultura local e quem não faz está no caminho errado, porque fazer rádio comunitária para ficar tocando a mesma porcaria que as rádios comerciais tocam por aí também não dá. Não é, gente? Nós precisamos entrar um pouco nessa discussão para melhorarmos, inclusive, o gosto musical do nosso povo. Tem um ritmo aí que liderou, que hoje fazem uma grande covardia contra o povo nordestino, porque lá a resistência é muito forte. Pela sua tradição é o povo mais antigo do Brasil, podemos considerar que é um povo de quase 500 anos no nosso País, então tem uma cultura muito forte, mas que hoje faz uma aliança entre alguém de lá com alguém que canta sertanejo universitário e vai entrando, daqui a pouco toma conta de tudo e acaba com a cultura local.

Então, a rádio comunitária nesse campo da cultura vem para fazer uma grande resistência.

E outro dado, respondendo a questão do senhor, do ECAD, tem esse Projeto de Lei do Senado nº 410/17, apresentado pelo Senador Hélio José, o qual estamos tratando com grande carinho, e amanhã nós vamos de novo conversar com a Senadora Lúcia Vânia para ver se ela escolhe o relator, porque senão vai empurrando com a barriga, gente, e vai desanimando as pessoas.

O ano de 2017 foi um bom ano para as rádios comunitárias, principalmente, em Mato Grosso. Nós saímos do inferno e fomos praticamente quase ao céu com a decisão do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas em um ano deu duas decisões. Por incrível que pareça, uma totalmente – eu discordo do representante do Tribunal de Contas – diferente da outra. O parecer que hoje o Conselheiro Presidente deu no parecer que pediram lá em 2009... Olhem só, demoraram para caramba! De 2009 para agora, mudou muito, porque lá o primeiro parecer foi totalmente contra as rádios comunitárias.

Já esse último parecer, que foi um parecer onde nós, da ABRAÇO, fizemos um documento, ano passado, fazendo essa consulta, mas o tribunal considerou que nós não éramos pessoa jurídica para fazer isso. Depois o Deputado Valdir Barranco e o Deputado Professor Allan Kardec também pediram o mesmo parecer. Não foi considerado a pessoa jurídica para isso. Aí perguntamos: “Mas, quem pode fazer?” “Governador, Presidente da Assembleia Legislativa, Presidente do Tribunal de Justiça, Prefeito, Presidente de Câmara, Presidente do Ministério Público e da Defensoria Pública”.

E aí, em um belo dia, encontrei com o Prefeito Altir Peruzzo, de Juína, que nós sabemos que é um dos que acredita muito em rádio comunitária, e ele falou: “Olha, Geremias, eu quero muito também poder ajudar a rádio comunitária de Juína, só que tem esse problema de empecilho da lei. Eu posso incorrer na Lei de Responsabilidade Fiscal e ficar inelegível, essa coisa toda, por ajudar a rádio comunitária”. Aí pedi a ele, ele falou: “é presente”.

O problema foi o seguinte: num relato do até então Conselheiro Valter Albano, eu acho que aí que ele não caminhou, por quê? Porque ele se limitou apenas a questão do Município e da Câmara. Apesar de que em meu entendimento jurídico-político... Porque todo entendimento técnico-jurídico, para mim, há um entendimento político por trás, por mais que fale que não, por mais que os advogados falem que não, mas sempre tem um pouco de política no meio, eu acho que faltou avançar aí.

E aí, Deputado, eu acho que falta esta Casa ampliar esse pedido para o Tribunal de Contas. Dizer: “Olha, já que vocês consideraram o ente federado Município como pode fazer, como pode ajudar na sustentabilidade da rádio comunitária, por que o Estado não? Por que esta Casa, Assembleia Legislativa, também não? Por que o TJ também não?” Eu acho que pode fazer essa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

consulta, porque eu penso que não há contradição o próprio Tribunal de Contas melhorar o seu parecer. Eu acho que o problema foi aí.

Eu iniciei dizendo que o ano foi bom e termina sendo bom com esta Audiência Pública, porque discutir rádio comunitária não é fácil, existe um preconceito muito grande, existe uma discriminação muito grande, principalmente, pelas agências de publicidade. Um povo que detesta e odeia a rádio comunitária é o pessoal da publicidade, o pessoal da agência. Eu não sei por que até hoje? Será que a falta de uma disciplina lá no curso de Jornalismo, de publicidade?

Na semana passada, eu estive fazendo oficina com os alunos do curso de Rádio e de Jornalismo da UFMT, eu falei para eles: cadê o pessoal da Publicidade? Porque esse pessoal parece que tem um ranço contra as rádios comunitárias, eu não sei o que é que eles têm, porque não abre nenhuma perspectiva para nós, e não é só no Governo, não, gente, é inclusive no privado! Tem publicitário que acha que divulgar em uma rádio comunitária está desmerecendo o cliente dele, aquele comércio que o está bancando, para se ter uma ideia de como é o conceito de rádio difusão comunitária.

Eu penso que um cidadão desses não ouve rádio, talvez nunca ouviu da forma que mereceria.

Então, essa é uma situação. Eu não digo isso de agora, de muitos anos, por experiência própria. A publicidade, a agência de publicidade, eu não sei por quê? Será porque nós somos numerosos e isso aí vai impactar, vai aumentar o número de funcionário lá dentro da agência. Eu não sei qual é o problema que tem no meio do caminho. Dizem que tem outro tipo de problema. Eu não sei. Isso nós vamos ter que detectar e cada um daqui está convidado para fazer essa...

Eu acho que eu já me alonguei para caramba, mas eu vou falar agora da mudança da lei.

Para nós é o seguinte: por mais que o Tribunal de Contas dê parecer favorável para nós, mas isso é relativo, gente. Poderá daqui a um tempo entrar outros Conselheiros com outro entendimento, com outro conceito, vai lá e derruba esse parecer.

Então, o que é que precisamos? Aí eu estou dizendo isso para todos os ouvintes, para os dirigentes das rádios comunitárias, nós precisamos alterar a Lei 9.612. Essa Lei de Rádio Difusão Comunitária acaba sendo a grande inimiga nossa. Nós precisamos alterá-la, para quê? Primeiro, ter acesso à verba pública de mídia; segundo, ter mais rádios comunitárias no Brasil, com mais frequência, nós queremos, pelo menos, três frequências de rádio comunitária por Município; terceiro, nós queremos aumentar a potência, 25 watts em alguma região não significam nada. Se você pega uma região Amazônica, não significam nada. Uma região de Cuiabá, significam muito.

Em São Paulo, por exemplo, não significam nada, porque aqueles arranha-céus com 25 watts – todo mundo sabe que a onda FM trabalha de uma forma diferenciada – não significam nada. Então, outra alteração que nós queremos: o direito de rádio comunitária fazer rede, nós queremos fazer uma rede para nós informarmos, por exemplo, Mato Grosso o que está acontecendo em Cuiabá, o que está acontecendo em Nova Conquista, o que está acontecendo lá em Vila Rica, para podermos informar melhor os nossos ouvintes. Nós somos proibidos por incrível que pareça.

E também o direito de ter *link*. Nós precisamos ter *link*, não podemos fazer uma reportagem, Deputado. Não podemos, por exemplo, trazer um *link* aqui e fazer uma transmissão ao vivo. Somos proibidos. Quer dizer, criaram a lei para quê? Era um movimento muito grande, eu falei no início eram mais de 20 mil rádios comunitárias funcionando no Brasil em plena década de 90, e foi uma forma de o Estado intervir e aí começar o que aconteceu hoje por conta dessa lei.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

Eu chamo os companheiros das rádios comunitárias à luta, porque a rádio comunitária para mim nasceu na luta, naquele histórico que o Deputado fez aqui. Essa luta tem que ser continuada, por que o que aconteceu? Muitas comunidades, muitos Municípios conquistaram uma outorga e depois acochambrou, amasiou, ficou: “Bom, agora estou tranquilo.” E agora viu que não, que a luta sempre continua, por quê? Porque a rádio comunitária, onde realmente ela trabalha de forma comunitária, tem tudo.

Eu penso assim: rádio comunitária em Cuiabá não tem muito valor, gente, porque aqui há um monte de meio de comunicação, mas uma rádio comunitária lá em Rio Branco, lá em Curvelândia, lá em tudo quanto Município é o principal meio de comunicação. Todo mundo está antenado pela rádio comunitária, que sabe que dali vai sair as principais notícias das suas cidades e do seu Estado. Então, a rádio comunitária na Capital, em meu entendimento, não tem tanto valor como tem para vocês lá no interior.

Eu falei da mudança. Agora eu vou falar de um programa estadual de fomento de rádio comunitária, eu não sei, Deputado, qual a sua intenção em apresentar o projeto, mas todo projeto que vem para melhorar as rádios comunitárias tem o nosso apoio, tem com certeza o apoio de todo mundo, mas essa é o seguinte: dois Vereadores do PT de São Paulo apresentaram um projeto de fomentação, um programa de fomento de serviço de rádios comunitárias em São Paulo. O projeto foi aprovado. À época, o Prefeito Fernando Haddad sancionou.

Então, uma verba “x” vai para fomentar, não tem nada a ver com a lei nº 9. 601, ela passa por fora dessa lei. Então, lá em Brasília, no Distrito Federal, parece-me que foi por unanimidade esse mesmo projeto, estamos apresentando aqui, por meio do Deputado Valdir Barranco, e nós queremos apoio do Deputado seja com emenda, seja assinando embaixo, porque nós não sabemos aqui, eu, por exemplo, não tenho esse entendimento se um Projeto de Lei pode ser apresentado por vários Deputados ou só por um.

(INTEGRANTE DA MESA DIALOGA COM O ORADOR – INAUDÍVEL.)

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Ah, pode ser apresentado por vários. Eu não tinha esse entendimento.

Mas de qualquer forma esse projeto já começa a circular aqui. Ele não confronta com outros projetos. Há um projeto que foi apresentado, à época, pelo ex-Deputado Chico Galindo, ex-Deputado Riva apresentou um projeto, eu não sei se a Serys apresentou à época. Ou seja, nos temos alguns projetos que estão rolando na Casa que devem estar num arquivo... Deputado Oscar Bezerra. Eu não sei onde estão esses projetos, que não avancem.

Então, esse projeto aqui, se o Deputado apresentar outro, nós vamos tratar com carinho e vamos começar a pressionar. Porque, gente, um Deputado, um Senador, candidato a Governador quando vai ao Município, qual é o primeiro endereço que ele vai lá? Será que ele vai primeiro na reunião ou ele vai ao estúdio de uma rádio comunitária? Vocês que moram no interior sabem disso, aonde eles vão, por quê? Porque, dependendo da sua agenda e da sua pressa, você indo à rádio comunitária, você fala para todo mundo rapidamente. Não é verdade?

Agora quando chega, quando está no poder, a política é outra. Cito como exemplo o Governador Pedro Taques. O Governador quando ganhou, muitos do movimento de rádio comunitária acharam que a coisa iria mudar, por quê? Porque quando o Governador foi candidato a Senador era um cara que mais usava a rádio comunitária. E, quando chegava ao interior, descia do carro na porta da rádio comunitária. Depois para Governador.

Quando assumiu, nós não vimos esse interesse. Tanto é que há alguns companheiros que nos convidam para fazer rede: “Olha, o Governador vai dar uma coletiva para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

todo Mato Grosso, e aí você vai chamar a rádio comunitária?” Com qual cara que eu vou chamar a rádio comunitária, sendo que assumiu lá e esqueceu de nós.

Então, eu não vou nem entrar na questão política, ideológica, partidária, não. Até porque não é função nossa discutirmos isso. A rádio comunitária tem que dar informação, notícia; e acreditamos que, quando o Governador fala, é notícia que interessa ao conjunto da população mato-grossense. Agora, com que cara vamos fazer? Parece que agora no final do ano vai fazer uma rede. Com que cara vamos convidar a rádio comunitária para participar dessa rede?

Portanto, eu acho que essa responsabilidade hoje é daqui desta Casa de mostrar que é possível tanto o Governo de Mato Grosso como esta Casa aqui, que tem verba no seu orçamento também, socializar essa verba para as rádios comunitárias, porque ficarmos só no discurso também não dá. Nada, nada, nós vamos fazer vinte anos de radiodifusão comunitária.

E para encerrar, eu quero dizer aos companheiros que nós, da Abraço Brasil, vamos apresentar um projeto de lei de iniciativa popular para mudar a Lei nº 9.612. Nós chegamos à seguinte situação: nós temos vários projetos que estão na Câmara e no Senado, tratando da mudança da Lei nº 9.612, só que eles não avançam. Não avançam, por quê? Porque o *lobby* de rádios comerciais é muito grande! Eles têm Deputados Federais, eles têm Senadores, quando não têm diretamente, eles têm os amiguinhos e a coisa é arquivada. E o que nós queremos fazer? Nós queremos chegar com um projeto de lei de iniciativa popular com mais de um milhão e trezentas mil assinaturas, ou seja, assinaturas dos nossos ouvintes, colhidas em todo o Brasil, onde tiver uma rádio comunitária, para chegarmos com força dentro do Congresso Nacional para ver se, depois de vinte anos, nós alteramos essa lei, porque essa lei completará vinte anos no dia 19 de fevereiro e nunca sofreu uma alteração.

Deputado, eu agradeço, e parabéns por essa Audiência Pública. Obrigado.
(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Eu que agradeço as palavras do Sr. Geremias e aproveito para abrimos as palavras da plateia com o Sr. Clerison Lima, da Cultura FM de Nova Olímpia.

O SR. CLERISON LIMA - Boa tarde a todos!

Deputado, em seu nome eu cumprimento a todos da mesa; Sr. Geremias, em seu nome, cumprimento todos os radialistas que estão aqui, do interior, da capital.

A minha fala é mais no intuito de fortalecer a história das rádios comunitárias no Estado de Mato Grosso. Nós somos da Rádio Cultura de Nova Olímpia, nós somos uma das cinco legalizadas no Estado de Mato Grosso, a 5ª Rádio legalizada no Estado de Mato Grosso. E é com muita alegria que nós vemos essa iniciativa de se reconhecer um trabalho que há muitos anos não vem sendo reconhecido, Deputado. Recentemente, tivemos a Caravana da Transformação, passando por nossa região e, mesmo sabendo que não teríamos a participação da grande mídia, nós fizemos o nosso trabalho com o objetivo de atender a comunidade, o que sempre fizemos em inúmeras ocasiões.

Então, esse projeto vem a atender, realmente, e fazer justiça. Vejo que pelo fato de sermos mais de noventa, temos que ter, sim, uma participação justa dentro desse processo de mídia. Quero dizer que as rádios comunitárias, com o advento do movimento de rádio comunitária no Brasil, mudou-se aquele conceito, Conselheiro, de que uma rádio é regionalizada, de que ela fala para toda uma região.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

Acabou! Hoje cada rádio fala para a sua cidade, para a sua realidade. Isso é fato, isso se comprova com os números, porque cada município tem a sua rádio, tem sua emissora e fala das suas particularidades, da sua cultura, do seu povo, e é isso que o povo quer ouvir.

O pessoal do município quer ouvir os seus problemas, as suas soluções e a rádio comunitária tem esse papel fundamental nesse processo de divulgação, fomentando a cultura, fomentando a economia. Porque quando a rádio comunitária faz a divulgação de um comércio, ela está fomentando, está ajudando na geração de empregos, ajudando a enriquecer aquele comércio, mesmo que seja pequeno.

E um detalhe importante, Geremias - isso é fato no interior - o pequeno e o microempreendedor, quando abre um negócio, a primeira porta que ele bate é a da rádio comunitária, porque lá ele sabe que, com muito pouco, às vezes com nada, ele pede o apoio daquela emissora e é atendido, porque ele necessita que o seu pequeno negócio, pequeno comércio, tenha divulgação, e a rádio comunitária sempre abraçou o pequeno e o microempreendedor, sempre deu oportunidade.

Porém, sempre esbarrando no preconceito: não pode fazer comercial, não pode fazer propaganda, é apoio cultural. E aí entra ano e sai ano e a rádio comunitária continua lutando pela sobrevivência. Simplesmente, o que almejamos é justiça.

Se a rádio comunitária tem um papel importante no município, ela tem que ser valorizada, sim, porque, ao ser valorizada, ela está gerando emprego, está fomentando a economia, está alavancando o comércio, está divulgando o seu produto.

Parabéns, Deputado, por essa iniciativa. Conselheiro, leve essa mensagem das rádios comunitárias, o que vocês estão fazendo é justiça, reconhecendo um equívoco lá atrás, de um entendimento que faltou mais estudo jurídico, porque na época era para ter tido mais pesquisa sobre a realidade do interior e não houve, por isso houve esse entendimento jurídico que, em minha opinião, foi falho. Mas, mesmo que tardia, se houve o reconhecimento de reconhecer e corrigir... Então, parabéns, e as rádios esperam que essa justiça o mais breve possível chegue lá nos nossos municípios.

Muito obrigado, principalmente, a todos que vieram de tão longe para fazer a participação neste nosso encontro. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Agradeço a palavra do Clerison.

Já convidado o Adão de Goes Alves, da *Rádio Vale FM Barra do Bugres*.

O SR. ADÃO DE GOES ALVES - Deputado Dr. Leonardo, boa tarde!

Cumprimento todos da mesa.

Companheiros e companheiras de rádio, são 23 anos só, a mesma coisa acontece. Vocês vejam que começamos a falar e já começamos a falar da grande mídia, eu procuro esquecê-los, porque eles já têm, já têm o poder econômico muito maior do que nós. Mas, tem uma estatística grande aqui, porque só fizemos dois encontros neste ano e foram duas Audiências Públicas, aqui neste mesmo lugar e para tratar da mesma coisa.

E quando o próprio Clerison fala sobre a questão das dificuldades da rádio, de cada cidade do município, é a realidade. Esse pequeno encontro, que pode se dizer que se tornou um ato - se não me falha a memória, de mais de 20 rádios - já incomoda eles. E essa incomodação é onde nós... Por exemplo, essa família que temos que unir mais é que dará força. Cada município tem que ter a sua visão política e econômica, cada um cuida do seu município, vamos colocar desse jeito.

E ao entender todas essas questões, até o Procurador do Tribunal de Contas chegou a falar sobre a questão da prestação de contas. Nós já pedimos prestação de contas para a grande

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

mídia? Não. Mas, para a rádio comunitária terá. Por quê? Porque somos honestos, vai aplicar o dinheiro na rádio e vai fazer isso.

Darei um resumo claro sobre essa questão, até brincaram aí e eu acho que foi o Ezequiel, 20%. Eu não queria 20%, não, eu queria tudo. Não quero 20%. Eu quero tudo, porque do jeito que eles têm direito, nós também temos. Qual a diferença deles? São sobre essas discussões que nós temos que começar a nos unir e colocar em prática. Nós não temos que vir aqui com um pirex ou um pirezinho aqui e dizer: “estamos pedindo esmolas”. Não. Estamos pedindo o nosso direito. A nossa dignidade daquele trabalho que cada um dos senhores e senhoras fazem nesse interior e aqui na capital. Isso não é chegar aqui para fulano e beltrano e dizer: “mas estamos pequeno e tal”. Pequeno só se for vocês, porque lá na Barra nós temos 23 anos de rádio, o que nos torna muito grande. É essa grandeza que nós vimos aqui trazer para vocês.

Eu costumo falar do Tribunal de Contas porque nós também nos ferramos por meio do Tribunal de Contas com esses entendimentos. Eu acho engraçado a política. É engraçado. Para fulano pode. Para ciclano não. Vou dar exemplo: tiveram muitas rádios na época do Blairo Maggi que receberam e o Tribunal de Contas aprovou as contas deles. Como é que fica? São essas discussões... prefeituras que também receberam anteriormente sem a outorga. Foram aprovadas as contas. Agora, quando é prefeito fulano de tal que é contra, que é isso: “não, recebeu da rádio, vamos... desculpem-me a expressão das palavras, mas vamos ferrar eles”. E aí é cada município que está aí. Quando vimos trazer essa discussão, nós não vimos trazer discussão de chegar e falar isso.

Uma coisa que eu peço a cada um dos senhores é que esqueçam dessa mídia grande. O que nós queremos é fazer parte também do rateio dessa distribuição de verbas. Nós não queremos ficar aqui como falamos “pedindo esmola não”. Se eles têm direito, por que nós não temos? Mas a lei do entendimento pelo... simplesmente a minha idade, hoje, 44 anos, de entender a sociedade como um todo hoje, burguesa, é que só pode fazer para quem está do nosso lado. Quer dizer, que não podemos denunciar que um buraco na rua foi estourado, está faltando água, está fazendo isso, aquilo. Os prefeitos não podem. Não podem porque é do partido A, partido B. O nosso partido é a rádio. Só para você ter esse panorama, foram feitos 2 encontros de rádio comunitária este 2 Audiências Públicas para se tratar dessa verba. Aí eu pergunto para os senhores: nós queremos chegar aonde se não tivermos encontros mensais, se não tivermos isso aí? Não adianta... o que eu estou vendo aqui é que nós estamos pedindo esmola e isso eu não quero. Ou entramos para fazer parte como um todo ou então não adiantará nada. Porque entra fulano, sai fulano e fica a mesma coisa. É um jogo de empurra que vai acontecendo durante esses anos todos. São essas coisas que temos que aprender.

Quando vimos o próprio Jeremias falando aqui, é o que acontece no nosso dia a dia. E aí para nós que temos coragem de chegar e falar para todos vocês aqui, nós somos penalizados. Se fosse há mais ou menos 15 anos, se a ANATEL ouvisse isso aí, amanhã já estaríamos com a rádio fechada. E assim vinha. Mas aí não vem esse tratamento. O tratamento é a distribuição de verba. O porquê disso agora. São essas questões que temos que nos antenar para ver o que é que queremos mesmo. Por que para algumas rádios funciona legalzinho e para outras não?

Infelizmente, Deputado Dr. Leonardo, eu fiquei sabendo, pela assessoria de Vossa Excelência, que na hora que Vossa Excelência falou ia ter esta Audiência... Vossa Excelência chegou e falou desse jeito... que falaram para Vossa Excelência... que Vossa Excelência iria peitar a grande mídia. Olha, mas toda vez que eu chego nas cidades pequenas, eu sou bem recebido pelas rádios.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

Eu quero deixar aqui, externar... e aí vem o desafio, vamos ver se o Deputado realmente vai ter essa coragem de encarar e fazer com que saíamos desse anonimato através da mídia. Para que possamos estar juntos também não só com a Assembleia Legislativa, mas com o Governo, Prefeitura, Câmara, para o que possamos fazer.

Boa tarde! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Boa tarde!

Eu quero agradecer o Adão.

Convido o Sr. Vanderlei Munhoz, da Metrópole FM, para fazer o uso da palavra.

Eu não gosto de delimitar o tempo, mas é que eu mandei uma mensagem para o Governador e o Governador vai nos receber agora, a Comissão das Rádios Comunitárias. Então, se pudermos delimitar o tempo, nós vamos sair daqui com uma Comissão e vamos direto ao Palácio e o Governador vai nos receber.

O SR. VANDERLEI MUNHOZ – Boa tarde, meus amigos e amigas, colegas de rádio comunitária, das rádios de Mato Grosso, tenho certeza que com a maioria de vocês eu já falei várias vezes por telefone, devido a nossa parceria, mas a maioria eu não conheço pessoalmente. Esta é uma oportunidade que temos.

Eu vou tentar ser breve, Deputado Dr. Leonardo, em seu nome cumprimento a mesa.

Este momento é ímpar. Quero fazer uma conclamação aqui, o colega acabou de falar sobre essa questão do distanciamento. Somente por 2 vezes estivemos juntos aqui este ano em Audiências Públicas que foram convocadas para que nós estivéssemos.

E nós precisamos.... Nós temos aqui na mesa o Ezequiel e o Geremias. Eu conheço o Geremias há pouco tempo, mas eu nunca vi um cara tão aguerrido para lutar em favor das rádios comunitárias. O Geremias tem viajado com o dinheiro do bolso para todo o Brasil em defesa das rádios comunitárias. E conheço o Ezequiel há um bom tempo e o vejo no interior lutando pelas rádios comunitárias. Então, nós precisamos unir forças.

E tem um projeto que o Geremias colocou ali, até me deu um cópia que vai fugir, como ele citou: “vai sair da lei, é por fora da lei, e que poderá permitir que possamos ter um fomento a rádio comunitária, através da verba pública”. Eu conclamo a vocês, o seguinte colegas, que nós abrissemos mão das nossas simpatias político-partidárias... O Deputado Dr. Leonardo está aqui hoje super disposto e cada um de vocês tem algum Deputado lá na base, que faz parte da sua região.

Então, vamos unir forças, o Deputado Dr. Leonardo disse ao Geremias que 2 ou 3 Parlamentares entrem com o mesmo processo. Então, vamos esquecer as bandeiras político-partidárias e vamos pedir o maior número, como nós estamos fazendo lá no Senado, eu mesmo fiz questão de falar com os Senadores Medeiros e Wellington Fagundes, que se comprometeram comigo a votar a favor das rádios comunitárias lá na questão do ECAD. Então, se cada um de nós se mobilizar com aquele Parlamentar, eu vou citar, por exemplo, o Sr. Intercides, que é de Pontes e Lacerda, e lá tem o Deputado Wancley Carvalho. Por que não nos mobilizamos no sentido de todo mundo acionar suas bases para conseguirmos aprovar um projeto aqui. Então, precisamos unir forças. O Ezequiel com a experiência que tem, serrar junto com Geremias, que é esse guerreiro em favor das rádios, e conseguirmos vencer de forma apartidária e aprovar um projeto dessa natureza.

Eu acho esse projeto de extrema importância, porque eu vou dizer a vocês. Nós ficamos falando dos grandes grupos, pessoal, e o que eu vou dizer agora pode ter repercutir talvez de uma forma não muito agradável em alguns meios aqui, mas não são apenas os grandes grupos, não!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

Eu gostaria muito e sonho em ver que as contas de publicidade dos órgãos públicos, eu não estou só falando de governo, não. Eu estou falando de Assembleia Legislativa, eu estou falando dos demais entes, que elas fossem abertas, realmente, da seguinte forma: 32 milhões foram gastos. Então, televisão “x”, rádio “x”, internet “x”, site “x”, revista “x”, jornais “x”. Eu queria que dessem nomes, aí iríamos saber onde realmente está o dinheiro. Não são apenas os grandes grupos. Tem gente por trás. Têm as verbas carimbadas. Infelizmente nós sabemos quem é que bota a faca no pescoço. Tem grupo de comunicação aqui que se o Governo cortar o recurso dele Mato Grosso vira mídia nacional na sequência, um dia atrás do outro.

E aí esse grupo, quando ele consegue e o governo cede, se ele resolver transmitir rinha de galo, que é proibido por lei, o governo banca. Então, o que precisamos verdadeiramente era dizer assim: Espera aí, a verba é aberta. Gastou-se 32 milhões de reais, mas foram gastos: televisão 30 milhões. Agora quem são as televisões que foram beneficiadas; sites, atentos aos sites. Tem site aí, gente, que só tem acesso do dono. Tem jornaleco que só está nos Gabinetes de Deputados, e Gabinetes dos órgãos públicos. Revistas que não têm circulação nenhuma, nem tiragem auditadas que tem página inteira. Então, a luta é um pouquinho além. Os grandes grupos estão por trás, sim, mas temos que estar atentos as verbas carimbadas. Têm pequenos grupos aí, mas que tem gente grande por trás.

Ezequiel, eu sei que você é muito otimista, e talvez vocês vão me condenar do que eu vou dizer, gente. Mas se vierem 10% nós estamos no paraíso. Esqueçam! Vinte por cento? Façam contas. Rateiem pela imprensa de Mato Grosso toda. É cruel.

Eu estou aqui em Cuiabá e estou repensando a minha trajetória de quase 30 anos na comunicação, dos quais um tempo eu passei na PRF, mas eu nunca deixei o rádio, vocês sabem disso. Eu estou repensando se eu não vou largar tudo, tamanha a decepção. Ser honesto, trabalhar com honestidade, com integridade, abrindo portas para quem realmente está fazendo um trabalho decente, não tem valor. Pega a maior fatia do bolo quem mete a faca no pescoço, quem chantageia, quem joga sujo, vocês podem ter certeza, não são só os grandes grupos, não! Tem gente que tem um site que pega a fatia gorda, que mudaria a vida de muitos nós aqui; tem quem tem revistinha que ninguém lê, jornalecos vergonhosos, *control “c”*, *control “v”* dos sites. Então, nós precisamos abrir um pouquinho a nossa visão.

Esse projeto que destina fomento... Esquece a verba publicitária! Quanto a essa daí a guerra é maior. Eu não estou dizendo para esquecer, abandonar, não! Vamos lutar por ela. Mas um projeto como o Sr. Geremias falou pelo qual possamos mobilizar o maior número dos 24 Deputados Estaduais aqui para que aprove um projeto de fomento de verba pública para ser destinado às rádios comunitárias nós estamos mexendo em outra fonte, em outra questão.

Então, o buraco é maior, a situação é mais complicada do que pensamos. As verbas são carimbadas na sua maioria por políticos que estão por trás e por quem tem influência dentro da coisa. Infelizmente, esta é a realidade!

Não é o que eu gostaria de falar, não, mas estou no meio há 30 anos e sei o quanto é cruel. Nós que estamos aqui sabemos como é humilhante andar nesses gabinetes de pires nas mãos. Eu confesso para vocês que estou por jogar a toalha e desistir, mas sou um sonhador. Eu faço comunicação por vocação. Eu não precisava nem fazer. Eu sonho com uma comunicação justa e igualitária para todos, mas, infelizmente, não é essa a realidade.

Obrigado, Deputado!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

Contamos com Vossa Excelência nessa luta. Sabemos que, realmente, a repercussão pode não ser muito boa, mas espero que, inclusive, pelo menos dentro das rádios comunitárias o senhor continue tendo o respeito e as portas abertas.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Obrigado, Sr. Wanderlei. (PALMAS)

Lembrar àqueles que quiserem ir à Comissão, por gentileza, procure o nosso Cerimonial e dê o nome para nos organizarmos e lembrar a questão do tempo para termos essa oportunidade de, hoje, ainda, irmos ao Governador, porque ele tem outras agendas.

Com a palavra, a Sr^a Elisete Mengatti, Superintendente da GECOM.

A SR^a ELISETE MENGATTI – Boa tarde a todos!

Eu até vou falar bem menos, porque os senhores terão a oportunidade de conversar com o Governador e poderão ver que ele valoriza, sim, a Rádio Comunitária, valoriza todas as emissoras. As pessoas que estão aqui, que me conhecem, sabem o comprometimento que eu tenho com a rádio há muitos anos aqui, em Mato Grosso, e esse comprometimento não é diferente com as rádios comunitárias. Lamentamos muito termos esse empecilho, porque o GECOM, hoje, não pode passar mídia às rádios comunitárias. Não é uma vontade nossa. Esse procedimento todo nós temos apoiado, temos ido. Já fomos ao TCE, também, cobrar essa definição. Infelizmente, quando saiu foi somente para os municípios. Não inseriu o Estado. Se o Estado, hoje, fizer contrato de mídia com as rádios comunitárias, incorrerá em improbidade. É certo! É lei! Você pode ter certeza que se assinarmos um contrato, hoje, amanhã, já terá denúncia contra o Governo e, de fato, estará incorrendo em improbidade.

Então, a luta de vocês é a mesma nossa! Eu sei o valor das rádios comunitárias. Há cidades que só têm rádio comunitária e há cidade que tem rádio comercial, porém, a comunitária é que tem audiência. Nós precisamos, sim, das rádios comunitárias, mas para isso temos que mudar o que está aí e inserir o Estado, também. De uma forma legal, existe interesse muito grande nosso, sim, em trabalhar convosco.

O.K!

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Agradeço a Sr^a Elisete.

Convidar já o Sr. Aberides Alves da Silva, da Rádio Alternativa, de Várzea Grande.

Quero fazer um compromisso com o Tribunal de Contas do Estado de solicitarmos, por meio da Presidência desta Casa, com urgência, esse Parecer acrescentando a avaliação do Estado e da Assembleia Legislativa, também.

O SR. ABERIDES ALVES DA SILVA – Boa tarde, Deputado Dr. Leonardo!

Agradecemos muito o seu empenho em realizar esta Audiência Pública para viabilizar a sobrevivência das rádios comunitárias.

Eu sou da Rádio Alternativa FM, de Várzea Grande. Sou Aberides.

Quero dizer só uma coisa...

Primeiramente, cumprimentar o Geremias que é o nosso companheiro do Abraço; representante do Tribunal de Contas, muito obrigado; e obrigado a todos os acompanhados das rádios comunitárias de todo o Estado de Mato Grosso, de todos os municípios que estão aqui.

Quero só dizer sobre a questão de justiça!

Deputado, a verba não é pública? Se ela é pública, não tem que servir a todos? Por que se destina uma parte da verba pública para poucos e outros ficam de fora? Não são capazes de reconhecer o trabalho que fazemos, também, nas nossas emissoras, no bairro, na comunidade? “Ah,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

mas tem a lei! É preciso de lei para servir.”. Está aí a iniciativa do Deputado e quem sabe, agora, poderemos ter uma lei aqui, no Estado de Mato Grosso, que contemple as rádios comunitárias.

Dizer que, além desta Audiência Pública, já houve outra Audiência Pública em que avançaram na questão das rádios comunitárias como a que realizada pelo Deputado Valdir Barranco com o Deputado Professor Allan Kardec e outros que apoiaram, também, a iniciativa. Graças a essa iniciativa, hoje, já temos a liberação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso dizendo que as prefeituras podem encaminhar verba, mídia, para as rádios comunitárias. Agradecemos muito isso. Não recebemos, ainda, nenhuma mídia nesse sentido, mas esperamos que chegue lá na ponta para nós, também.

É exatamente isto!

Eu vou repetir: é só fazer justiça com a verba pública. É só isto que eu gostaria de falar.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Muito obrigado, Sr. Aberides.

Convido a Sr^a Carla Penha, de Pontes e Lacerda, para fazer uso da palavra.

Por enquanto são 7 inscritos na comissão para ir conversar com o governador: Geremias, Ezequiel, Wanderlei Munhoz, Ederson, João Batista, Vlamir e Cleuva. Mais alguém? Se tiver, procure o nosso Cerimonial. Temos 7 inscritos para ir falar com o Governador.

Por favor, Carla!

A SR^a CARLA PENHA – Deputado Dr. Leonardo, muito obrigada!

Eu quero agradecê-lo por estar aqui, porque sei que o tempo é corrido de todos vocês que compõem a mesa, de vocês que se dispuseram a estar aqui.

Eu já estive em Cuiabá duas vezes pedindo apoio ao ex-Deputado José Lacerda, na época, o Carlos Bezerra. Não fui atendida, porque ficam de ver, de ver, de verificar e vamos ver eles nunca veem. O único Deputado que eu lembro que um dia levou um recurso para a Rádio de Salto do Céu, nem foi um recurso, foi tipo um presente do bolso dele, foi o ex-Deputado Eliene. Nunca vi outro Deputado, Governador, levar um presente à rádio comunitária, por exemplo, queimou um aparelho, eu vou doar. Nunca!

Então, as rádios sobrevivem, porque são guerreiras mesmas. Como o Wanderlei disse são pessoas que fazem por amor. São pessoas que estão lutando para verem a rádio crescer cada vez mais e a população... Em Pontes e Lacerda nós temos outras rádios, mas a Rádio Comunitária é líder em audiência e sempre foi. Não é porque eu estou lá, não! Ela sempre foi!

Não é, Ezequiel? Ela sempre foi a melhor rádio de audiência, mas não tem apoio. Os políticos não apoiam as rádios comunitárias aqui, em Mato Grosso.

Então, eu quero agradecer...

O Alúcio Lima sabe que Salto do Céu teve rádio comunitária e, inclusive, foi fechada. É uma luta muito grande. Está aí! Ele sabe a situação que é.

Então, eu quero agradecê-lo, Deputado Dr. Leonardo!

Vista essa camisa, ajude as rádios comunitárias, porque, realmente, é um povo que, realmente, merece.

Muito obrigada a todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Muito obrigado, Carla Penha. Há tempo eu não via essa comunicadora de Cáceres, agora, Pontes e Lacerda.

Muita satisfação em vê-los.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, REALIZADA
NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 16H.

Senhores e Senhoras, agradeço muito aos senhores! Foram inscritos mais dois, são nove pessoas aqui, que estão acompanhando agora o Governador. Isso demonstra que o Governo tem muito carinho com as rádios comunitárias.

Quando eu disse que estava em Audiência Pública com os senhores e senhoras, ele imediatamente: “Traga-os aqui”. Nem deu tempo de dizer qual era o conteúdo da nossa audiência. Ele imediatamente: “Traga-os aqui agora que tenho o maior prazer em recebê-los”. Ele, realmente, tem um carinho. Quando o acompanhávamos, o primeiro lugar que ele parava era nas comunitárias.

Então, precisava fazer essa reaproximação. Ele tem esse carinho intenso, fazer esse compromisso com o Tribunal de Contas para tirarmos essas dúvidas. Ficando bem claro na resolução, tudo será resolvido e, com certeza, o Governo do Estado tem o maior carinho pelas rádios comunitárias, pelas TVs comunitárias.

Conte com este Parlamentar, apaziguando a parte jurídica. O restante nós correremos atrás.

Encerrando esta Audiência Pública, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, agradeço a presença de todos!

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Nerissa Noujain Salomão Santos;
 - Rosilene Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Patricia Elena Carvalho;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.